

# SANTA CATARINA

## Ranking de Competitividade dos Estados

Edição 2024

---

# O Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros é uma publicação anual concebida pelo Centro de Liderança Pública (CLP)

**Jorginho Mello**

Governador de Santa Catarina

**Marilisa Boehm**

Vice-Governadora de Santa Catarina

**Edgard Usuy**

Secretário de Estado do Planejamento (SEPLAN)

**Lucas Amancio**

Secretário Adjunto de Estado do Planejamento (SEPLAN)

**Larissa Roberta Borges**

Diretora da Políticas Públicas

**Paulo Zoldan**

Economista e Coordenador do Informe

# Sumário

Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados 2024 .....	6
Aspectos Metodológicos.....	7
Destaques Regionais.....	9
Santa Catarina no Ranking.....	10
<b>Santa Catarina: Os Pilares e Seus Indicadores.....</b>	<b>11</b>
Segurança Pública	
Infraestrutura	
Sustentabilidade	
Social Solidez Fiscal	
Educação	
Sustentabilidade Ambiental	
Eficiência da Máquina Pública	
Capital Humano	
Tamanho do Mercado	
Inovação	
<b>Conclusões.....</b>	<b>28</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>33</b>

# Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados 2024

## Introdução

O Brasil amarga uma péssima colocação no Ranking mundial de competitividade do International Institute for Management Development (IMD) monitorado por uma escola de negócios suíça que tem no Brasil parceria com a Fundação Dom Cabral. O ranking que chegou a sua 36ª edição em 2024 situa o Brasil na 62ª colocação entre 67 países e registra a quarta queda consecutiva do País.

O ranking que busca mapear pontos fracos e fortes das economias avaliadas aponta os países com as melhores condições de prosperidade e concorrência externa para oferecer aos governos e empresas um direcionamento para suas tomadas de decisões.

Indicadores como educação básica eficiente, infraestrutura avançada e acesso a mercados exteriores distinguem os países que ocupam o topo da lista. Já no Brasil, a baixa oferta de programas para formação de gestores, a baixa eficiência do setor público e o excesso de burocracia, aliados ao custo de capital, a legislação trabalhista, as contas públicas deficitárias, barreiras tarifárias, entre outros aspectos como o baixo nível de investimentos em ciência e tecnologia e inovação, colocam o Brasil entre nas piores posições em relação a competitividade.

Entre os vários pontos a serem melhorados, o ranking coloca o Brasil na última posição entre os 67 países analisados em educação em gestão, em habilidades linguísticas e em dívida corporativa. Também urgente melhorias são sugeridas em habilidades financeiras e na educação (básica, secundária e universitária), cujos indicadores colocam o Brasil como penúltimo colocado.

Sabe-se que o avanço em competitividade se dá sobretudo pela valorização do conhecimento, pela melhoria da eficiência governamental e com investimentos robustos em infraestrutura. Somente assim poderemos avançar em ciência, tecnologia e inovação, condição fundamental para que o País saia da nada desejável posição em que se encontra.

Nesse contexto e em meio a urgente necessidade de pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados, o Centro de Liderança Pública (CLP) lançou, em 2011 o Ranking de Competitividade dos Estados, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua

quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada. E a partir da edição de 2021, o ranking passou a ser concebido apenas pela Tendências.

## Aspectos Metodológicos

O Ranking de Competitividade dos Estados concebido pelo CLP surge a partir de uma visão de que a competição no setor público além de saudável é desejável. E coloca-se como elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta já conhecida e de grande relevância, que visa apoiar líderes públicos na tomada de decisões, com foco na melhoria de seus estados, norteando e avaliando ações com vistas a melhora da competitividade.

O CLP relaciona a competitividade de um estado à capacidade de ação dos seus líderes públicos, sendo competitivo aquele que está atento aos recursos disponíveis e a forma como são utilizados para surtir efeitos positivos, tanto na geração de bem-estar e serviços públicos, quanto no desenvolvimento econômico local.

O ranking tornou-se, dessa forma, importante, não apenas pelo seu resultado, mas também pelo sucesso obtido em relação aos outros estados. O efeito gerado motiva governos a tomar iniciativas de desenvolver políticas com cada vez mais impacto. Pode também ser útil para o setor privado tomar decisões de investimentos, ao basear-se em critérios de atratividade, de acordo com as especificidades de seus projetos. E aos cidadãos representam uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos e também funcionam na promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings são percebidos com grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

Por fim, a CLP considera o uso do ranking como imprescindível para determinar um foco de ação por parte da administração pública, pois um bom desenho de uma política pública precisa de um bom diagnóstico a partir de indicadores consolidados e testados. Da mesma forma, revelam o progresso de desempenho se bem utilizados.

Para tanto, na perspectiva de aperfeiçoamento metodológico, na edição de 2023, o CLP, após

intensos debates com especialistas incluiu 13 indicadores, totalizando 99, os quais estão distribuídos em 10 pilares temáticos, todos considerados fundamentais para a promoção da competitividade: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso no ranking geral e cada indicador um peso dentro de cada pilar. Nessa edição, de 2024, foram mantidos os mesmos indicadores e pilares da edição anterior, com pequena variação nos pesos atribuídos a cada um deles.

Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe também uma nota de 0 a 100, sendo 100 a nota máxima e que se refere ao Estado mais bem colocado. Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados. Ao final desse texto, um anexo contém a descrição de cada um dos 99 indicadores, as fontes que foram utilizadas e o ano de referência.

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de fontes, os anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A maioria, nessa edição, refere-se ao ano de 2023, mas em vários casos referem-se a anos anteriores, por ser o último disponível. São poucos os que se referem ao ano de 2024.

Aliado à vontade política, o Ranking coloca-se, portanto, como uma poderosa ferramenta para delinear ações governamentais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível, conforme ressalta o CLP.

## Destaques da Edição de 2024

Assim, em 21 de agosto passado foi lançado, em Brasília, pelo CLP a 13ª edição do Ranking.

Pela décima terceira vez consecutiva, São Paulo é o estado mais competitivo do Brasil, seguido por Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Os cinco estados não mudaram de colocação em relação a 2023.

Na sequência, aparece o Espírito Santo, o grande destaque desta edição do levantamento com o crescimento de quatro colocações gerais. Completam o top-10, na ordem, os estados de Minas Gerais (-1), Goiás(-1), Mato Grosso do Sul (manteve a 9ª posição) e Mato Grosso (-2).

O 11º colocado e primeiro estado fora do eixo Sul-Sudeste-Centro-Oeste é o Amazonas, que subiu três posições e alcançou sua melhor performance desde a criação do Ranking. A Paraíba assumiu a 12ª colocação e a liderança entre os estados da região Nordeste,

recuperando a posição que foi do Ceará em 2023. Vale destacar ainda o crescimento de duas colocações gerais de Piauí (20º), Bahia (22º) e Acre (25º).

## Destaques Regionais

Assim como na edição de 2023, São Paulo segue na primeira colocação no ranking. Destaca-se em Infraestrutura, Educação e Inovação, com a primeira posição inalterada no País. E em Sustentabilidade Ambiental também manteve o segundo lugar, assim como a quarta posição no indicador de Segurança Pública. Contudo, houve piora relativa nos pilares da Sustentabilidade Social (3ª posição) e da Solidez Fiscal (14ª posição), ambos com queda de uma posição. Também perdeu posição em Potencial de Mercado (-6 para a 8ª posição), em Eficiência da Máquina Pública (-8 posições para a 13ª posição) e em Capital Humano (-2 posições para a 7ª posição).

Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição no ranking geral pelo oitavo ano consecutivo. Em 2011, SC ocupava a 7ª posição; em 2012 e 2013 avançou para a 6ª, em 2014 para a 5ª, em 2015 e 2016 para a 3ª e desde 2017 ocupa o 2º posto.

SC manteve a liderança nos rankings de Sustentabilidade Social, Segurança Pública e Capital Humano. Em Eficiência da Máquina Pública, infraestrutura e Inovação também manteve a 3ª colocação. No entanto, em Potencial de Mercado, o Estado perdeu seis posições e passou para a 10ª colocação; também recuou cinco posições em Sustentabilidade Ambiental e passou para 10ª colocação e perdeu outros quatro postos em Educação que passou para a 9ª colocação. No entanto, pelo critério de pesos e notas, e também pelo desempenho dos demais estados, não perdeu a posição geral no ranking.

O Paraná também manteve a 3ª colocação do Ranking Geral pelo terceiro ano consecutivo, com a 1ª posição no pilar de Sustentabilidade Ambiental, a 2ª no de Eficiência da Máquina Pública e a 4ª em Capital Humano e Inovação. Em Sustentabilidade Social, o Paraná manteve a 5ª posição. O Estado exibiu melhora relativa nos pilares de Potencial de Mercado (+13 posições para a 11ª), Infraestrutura (+2 para a 4ª posição) e Solidez Fiscal (+1 para a 8ª posição). Todavia, houve piora nos pilares de Segurança Pública (-4 para a 10ª posição) e Educação (-2 para a 5ª posição).

Enquanto os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. Os estados do Acre, Amapá e Roraima permaneceram como os três últimos colocados do Ranking de Competitividade dos Estados de 2024.

Quanto ao critério de ponderações dos indicadores observa-se que SC teve uma queda na pontuação geral na comparação com a edição anterior do ranking. Quando observado a nota geral, SC passou de 84,2 em 2023 para 79,1 na edição atual (-5,1), enquanto SP passou de 89,8 pontos para 82 pontos (-8,1). Já o PR avançou de 72,1 para 72,4 (+0,3), aproximando-se, portanto, em relação a posição em que SC se encontra.

Ainda observando o conjunto da federação, observa-se que entre 2015 e 2024, o único Estado que avançou mais que SC na pontuação geral foi Alagoas (17º colocado). Um resultado relevante, considerando-se o já avançado nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado, que figura com as melhores notas e classificações.

A Tabela 1 apresenta a posição dos Estados brasileiros no ranking em 2015 e a evolução dessa posição nas duas últimas edições. Apresenta também a nota atribuída por Estado em cada uma dessas edições.

**TABELA 1 - Evolução no Ranking de Competitividade dos Estados, 2015, 2023 e 2024**

Estados	POSIÇÃO NO RANKING			NOTA ATRIBUÍDA		
	2015	2023	2024	2015	2023	2024
São Paulo	1º	1º	1º	90,1	89,8	82,0
Santa Catarina	3º	2º	2º	77,3	84,2	79,1
Paraná	2º	3º	3º	79,7	72,1	72,4
Distrito Federal	4º	4º	4º	69,8	69,1	67,0
Rio Grande do Sul	6º	5º	5º	67,5	64,2	64,3
Espírito Santo	5º	10º	6º	67,8	60,3	61,9
Minas Gerais	7º	6º	7º	67,3	61,9	61,4
Goiás	10º	7º	8º	58,2	61,7	58,1
Mato Grosso do Sul	9º	9º	9º	63,6	60,3	54,4
Mato Grosso	11º	8º	10º	52,8	61,5	53,1
Amazonas	17º	14º	11º	47,9	43,5	47,6
Paraíba	15º	13º	12º	50,6	49,8	47,0
Rio de Janeiro	8º	11º	13º	66,2	50,8	45,3
Ceará	12º	12º	14º	52,1	50,7	42,6
Tocantins	18º	15º	15º	47,2	42,3	40,6
Rondônia	19º	18º	16º	44,7	40,5	36,5
Alagoas	27º	17º	17º	23,4	40,6	36,3
Sergipe	24º	19º	18º	35,4	37,7	35,1
Pernambuco	13º	16º	19º	51,4	41	35,1
Piauí	21º	22º	20º	41,7	34,5	33,4
Pará	22º	20º	21º	41,4	35,7	31,8
Bahia	14º	24º	22º	50,6	34,1	31,5
Maranhão	20º	21º	23º	43,1	35,3	30,8
Rio Grande do Norte	23º	23º	24º	40,7	34,2	30,6
Acre	26º	27º	25º	34,4	25,6	27,0
Amapá	25º	26º	26º	35	26,4	25,7
Roraima	16º	25º	27º	48	27,3	25,2

Fonte: Centro de Liderança Pública -CLP

## Santa Catarina no Ranking

Vice-líder pelo oitavo ano consecutivo, SC manteve a 1ª posição nos pilares de Segurança Pública, Sustentabilidade Social e Capital Humano. Também manteve a mesma terceira colocação da edição anterior nos pilares da Eficiência da Máquina Pública, de Infraestrutura e de Inovação. Em Solidez Fiscal, SC manteve a sétima colocação. No entanto, no pilar da Educação perdeu quadro postos e passou para a 9ª colocação. Também em Potencial de Mercado, o Estado perdeu seis posições e passou para a 10ª colocação; assim como em Sustentabilidade Ambiental que recuou cinco posições e também passou para 10ª colocação.

Dos 99 indicadores avaliados nessa edição, Santa Catarina teve melhora na classificação em 29 deles, 27 permaneceram na mesma posição e houve piora relativa em 31 deles. Em 12 indicadores não houve atualização do dado. A comparação foi feita entre os dois últimos anos disponíveis para cada indicador.

Quanto à nota atribuída a cada um desses indicadores, o Estado teve a melhor nota em 7 deles. Houve melhora em 44 e piora em 37 deles, sendo que para 6 indicadores foram atribuídas a mesma nota em relação ao último ano disponível. Ainda em 12 deles não houve atualização dos dados.

E assim, através da observação de cada um dos indicadores do ranking é possível compreender a dinâmica de cada um e sondar as fragilidades e potencialidades do estado de SC .

Dessa forma, os pilares que sustentam o Ranking serão apresentados por ordem de peso atribuído a cada um deles no ranking, de maneira que se possa compreender sua composição, sua dinâmica no tempo e a posição de SC no pilar e em cada um dos indicadores que os compõem. As comparações são sempre em relação aos demais estados brasileiros e ao DF.

## Santa Catarina: Os Pilares e Seus Indicadores

A abordagem metodológica do ranking aqui apresentada considera a **SEGURANÇA PÚBLICA** como o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais são essenciais para o desenvolvimento.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no ranking é justificada por razões constitucionais, já que a garantia de segurança aos cidadãos é de responsabilidade central da esfera estadual e também prática, visto que a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices alarmantes de violência urbana.

Por esta razão, o pilar da segurança pública recebeu o maior peso (13%) entre os 10 pilares temáticos do ranking, e é composto por 10 indicadores, listados na Tabela 2. O indicador de maior peso é o de Segurança Pessoal já que representa o crime que gera os maiores danos à sociedade,

por seus índices alarmantes e por dispor das medições mais confiáveis.

Na edição de 2023, o CLP incluiu o indicador de Violência Sexual, variável considerada relevante no contexto brasileiro, tendo em vista os recordes de registro de estupros no País, ainda que as subnotificações desse tipo de crime seja um fator limitante.

Em comparação à edição de 2023, não houve atualização do indicador de Atualização do Sistema de Justiça Criminal. Esse indicador depende dos dados anuais do Depen, anteriormente divulgados de forma consolidada para estados em termos de população prisional por tipo de crime. A forma de divulgação foi alterada, sem consolidação para a escala estadual, inviabilizando a atualização do indicador nesta edição.

SC, DF e RS ocupam, nessa ordem, as primeiras posições no pilar. Em relação à edição passada, o Estado segue como o primeiro colocado e o DF manteve a 2ª colocação. Já o RS subiu da 5ª para a 3ª colocação. O RN exibiu o maior avanço de posição, passando da 17ª para a 9ª posição.

SC manteve a primeira colocação em Segurança Patrimonial (roubos por 100 mil habitantes) pela segunda edição consecutiva e vem ocupando desde 2015 a segunda colocação em Segurança Pessoal (óbitos por 100 mil habitantes).

Houve ainda avanço do estado na colocação dos indicadores Qualidade da Informação de Criminalidade (11º posto para o 7º posto); Morbidade no Trânsito (de 10º para 8º posto); Presos sem Condenação (de 9ª para 7ª) e em Violência Sexual (de 21ª para 19ª). E ficou estável na classificação do indicador Mortes a Esclarecer (10º posto) e em Mortalidade no Trânsito (de 15º posto). Houve no entanto piora do indicador Déficit Carcerário (de 5º para 9º posto). O indicador Atuação do Sistema Criminal não teve atualização nessa edição.

Apesar da melhora na classificação de quatro indicadores e da manutenção em outros quatro, o Estado tem muitos desafios em Segurança Pública, notadamente no que respeita Violência Sexual, Mortalidade no Trânsito, Mortes a Esclarecer e Déficit Carcerário. Seja por estar mal classificado no ranking dos estados, por perda de posição ou nota ou ainda por estar distante de indicadores referência em termos mundiais.

TABELA 2: SC - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
no Pilar e por Indicaor	3º	4º	1º	2º	1º	1º	1º	1º	1º	1º
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal	6º		6º	11º		7º	7º	4º		
2. Déficit Carcerário	7º	2º	1º		1º	7º	10º	5º	9º	
3. Morbidade no Trânsito				17º	13º	12º	14º	10º	8º	
4. Mortalidade no Trânsito	5º	15º	17º	18º	19º	16º	15º	15º		
5. Mortes a esclarecer	2º	7º	11º	9º	9º	10º	10º	10º		
6. Presos sem Condenação		8º	5º		5º	6º	7º	9º	7º	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			13º			11º			7º	
8. Segurança Patrimonial	8º		3º	1º	14º	1º	2º	1º	1º	
9. Segurança Pessoal	2º		2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	
10. Violência Sexual								21º	19º	

TABELA 2.1: SC - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA – Nota Atribuída, 2015 a 2024										
Ano/ Notas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
no Pilar e por Indicador	92,5	91,5	100	97,8	100	100	100	100	100	100
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal	26,8		49,8	35		64,3	51,4	52,3		
2. Déficit Carcerário	72,3	97	100		100	87,8	83,6	91,1	81,3	
3. Morbidade no Trânsito				84,9	84,3	77,8	60,4	71,6	74,1	
4. Mortalidade no Trânsito	80,6	60,1	61,6	53,4	47	53,1	69	69,5		
5. Mortes a esclarecer	96,2	90,9	85,4	88,3	94,3	81,5	67,2	80,4		
6. Presos sem Condenação		61,2	74,8		68,6	73,4	81,2	77,2	80,5	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			74,9			77,4			72,6	
8. Segurança Patrimonial	69,9		97	100	73,4	100	99,4	100	100	
9. Segurança Pessoal	92,8		89,8	93,4	89,3	94	95	98,5	98,2	
10. Violência Sexual								54,2	50,8	

No que se refere à **INFRAESTRUTURA**, considerou-se que sua crônica deficiência é um dos principais desafios para a melhoria da competitividade, assim como a deficiência na Educação. Essa deficiência é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País.

Além do baixo nível de investimentos, a explicação para as carências da infraestrutura é atribuída também na má alocação dos recursos públicos, bem como na deficiência das políticas regulatórias para os diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta de sua importância decisiva para a competitividade, a infraestrutura tem o segundo maior peso entre os 10 pilares (11,6% do cômputo geral). São 10 os indicadores avaliados, conforme apresentado na Tabela 3.

Buscou-se, aqui, compilar indicadores de segmentos como rodovias, energia e telecomunicações, saneamento e transporte aéreo. Diferentes dimensões desses indicadores foram contempladas na metodologia, seja a pura existência ou não, assim como qualidade e custos.

Nessa edição, alguns indicadores não foram atualizados. O indicador Acesso à Energia Elétrica

depende de dados da PNAD que devem ser divulgados no final de 2024, além disso, o indicador Qualidade das Rodovias não teve os dados divulgados pela entidade responsável e a metodologia do cálculo das métricas que compõe o indicador de Qualidade do Serviço de Telecomunicações foi alterada pela Anatel, de modo que prejudicou a comparabilidade entre as edições do ranking e dificultou a consolidação das informações para a escala estadual.

Na composição do pilar, pesos maiores foram atribuídos aos indicadores de Qualidade da Energia Elétrica, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, e Qualidade das Rodovias, considerados os componentes mais críticos deste pilar. Já o indicador de Disponibilidade de Voos Diretos recebeu menor peso.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SP, ES e SC, nessa ordem. Todas mantiveram a mesma posição da edição anterior. O Rio de Janeiro exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações. O Estado apresentou, em especial, melhora relativa nos indicadores de Custo de Saneamento Básico, Custo da Energia Elétrica e Qualidade da Energia Elétrica.

Nessa edição, SC avançou uma posição no indicador Backhaul de Fibra Ótica, que passou da 3ª para a 2ª colocação no ranking geral e juntamente com o Custo de Energia Elétrica que avançou da 4ª para a 2ª colocação, são os indicadores melhor classificados do estado nesse Pilar.

Os indicadores Acessibilidade dos Serviços de Telecomunicações (5ª colocação); Custo dos Combustíveis (5ª) e Disponibilidade de Voos Diretos (9ª) mantiveram as posições da edição anterior. No entanto, houve piora na classificação dos indicadores Qualidade da Energia Elétrica (de 14ª para 16ª) e em Custo do Saneamento Básico (de 21ª para 24ª).

Quanto a nota atribuída a esses indicadores o maior destaque está na queda das notas do Custo de Combustíveis e em Custo do Saneamento Básico e na alta da nota em Custo da Energia Elétrica, conforme pode ser observado na tabela 3.1.

**Tabela 3: SC - PILAR INFRAESTRUTURA – Classificação por Indicador, 2015 a 2024**

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	4º	4º	3º	4º	3º	2º	3º	2º	3º	3º
1. Acessib.do Serv. de Telecomunicações	7º	7º	8º	4º	4º	4º	3º	5º	5º	-
2. Acesso à Energia Elétrica	18º	-	6º	7º	4º	-	-	5º	-	-
3. Backhaul de Fibra Ótica	-	-	-	-	1º	1º	1º	-	3º	2º
4. Custo da Energia Elétrica	11º	14º	10º	7º	3º	2º	6º	4º	2º	-
5. Custo de Combustíveis	4º	3º	6º	3º	3º	6º	5º	11º	11º	-
6. Custo de Saneamento Básico	19º	18º	18º	16º	18º	17º	21º	24º	-	-
7. Disponibilidade de Voos Diretos	10º	9º	9º	9º	9º	9º	9º	9º	9º	-
8. Qualidade da Energia Elétrica	13º	15º	15º	14º	16º	13º	16º	14º	16º	-
9. Qualidade das Rodovias	17º	10º	11º	15º	15º	-	19º	11º	-	-
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações	8º	7º	10º	9º	5º	3º	12º	9º	-	-

<b>Tabela 3.1: SC - PILAR INFRAESTRUTURA – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024</b>											
<b>Ano/ Notas no Pilar e por Indicador</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	
	<b>68,4</b>	<b>65,1</b>	<b>65,9</b>	<b>61,3</b>	<b>54,5</b>	<b>67,8</b>	<b>73,4</b>	<b>72,7</b>	<b>61,9</b>	<b>59,4</b>	
1. Acessib.do Serv. de Telecomunicações	40,6	43,4	48,5	56,4	58,3	53,8	53,7	50,8	56,5	-	
2. Acesso à Energia Elétrica	85,4	-	98,9	97,6	99,4	-	-	94,4	-	-	
3. Backhaul de Fibra Ótica	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0	-	97,8	99,5	
4. Custo da Energia Elétrica	42,8	40,6	52,4	73,7	89,7	88,5	72,8	83,6	97,4	-	
5. Custo de Combustíveis	84,2	82,2	84,6	95,4	88,7	76,9	86,0	79,2	61,5	-	
6. Custo de Saneamento Básico	36,2	38,6	48,7	50,0	40,2	46,6	42,6	33,2	-	-	
7. Disponibilidade de Voos Diretos	11,0	10,8	11,2	10,9	10,5	8,9	10,1	10,4	10,7	-	
8. Qualidade da Energia Elétrica	78,2	84,0	88,6	93,0	89,2	92,3	85,4	91,0	90,8	-	
9. Qualidade das Rodovias	40,9	54,7	50,1	50,8	46,2	-	49,4	56,1	-	-	
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações	83,9	74,0	71,0	83,6	88,6	91,3	73,1	76,7	-	-	

O pilar da SUSTENTABILIDADE SOCIAL foi construído a partir de uma visão multidimensional. A ideia foi superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social. Há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis. O pilar, portanto, tem um dos maiores pesos no cômputo geral do ranking (11,5%).

A conexão do pilar com a competitividade é considerada absoluta, pois segundo os pressupostos estabelecidos, não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes. Mas há também uma conexão com o reforço da qualidade do capital humano. A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia, potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor.

Na edição anterior foi incluído os indicadores de Trabalho Infantil e Trabalho Escravo ao pilar. Também, os indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica e Inserção Econômica dos Jovens foram removidos do pilar de Sustentabilidade Social e passaram a integrar o pilar de Capital Humano.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. O pressuposto é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos.

Assim, o pilar está composto por 16 indicadores relacionados a saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à promoção do trabalho decente, conforme apresentado na Tabela 3. Os maiores pesos no Pilar foram atribuídos aos indicadores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Mortalidade Materna, Mortalidade na Infância e Desnutrição na Infância.

Em comparação à edição de 2023, não houve atualização dos indicadores Inadequação de

Moradia, Acesso ao Saneamento Básico – Água e Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto, pois dependem de novas informação ainda não divulgadas pela edição anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Além disso, os indicadores de IDH e Equilíbrio Racial que também compõem esse pilar não foram atualizados em função da não disponibilidade de resultados novos até a etapa de coleta de dados desta edição.

As UFs mais bem colocadas foram SC, DF e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, SC segue na primeira colocação, SP caiu da 2ª para a 3ª e o DF passou da 3ª para a 2ª. Paraíba exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 3 colocações, passando da 18ª para 15ª. O Estado paraibano apresentou melhora relativa nos indicadores de Mortalidade Materna, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Trabalho Infantil, Cobertura Vacinal e Desigualdade de Renda.

SC, portanto, permaneceu como o Estado onde estão os melhores indicadores sociais do País, mantendo-se em primeiro lugar em toda a série iniciada em 2015. Tem a menor Desigualdade de Renda do País, a menor Mortalidade Infantil e a menor Mortalidade Materna (avançou da 7ª posição para a 1ª). O Estado ainda é o segundo colocado em Desnutrição na Infância, terceiro em Mortalidade Precoce e quarto em Obesidade na Infância. Em Famílias Abaixo da Linha de Pobreza, SC perdeu três posições, caindo da 1ª para a 4ª posição nessa edição. Nesse último indicador os estados mais bem colocados foram o RS, GO e DF, na ordem.

Vale destacar ainda que o Estado teve avanços nos Indicadores trabalho Infantil (de 9º para 8º) e em Trabalho Escravo (de 15º para 12º). Mas teve perda de posição em Cobertura Vacinal (de 2º para 9º).

Tabela 4: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL – Classificação por Indicador, 2015 a 2024

Ano/ Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2023
<b>no Pilar e por Indicador</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	12º	-	13º	15º	15º	-	-	15º	-	
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto	14º	-	9º	8º	10º	-	-	10º	-	
3. Anos potenciais de vida perdidos	5º	4º	6º	4º	5º	5º	5º	5º	-	
4. Desigualdade de renda	1º	-	1º	-	1º	-	1º	1º	1º	
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	1º	-	1º	-	2º	-	2º	1º	4º	
6. IDH	3º	-	3º	-	-	-	3º	-	-	
7. Inadequação de Moradia	-	-	-	-	8º	-	-	6º	-	
8. Mortalidade Infantil	1º	1º	1º	1º	1º	2º	1º	1º	-	
9. Mortalidade Materna	1º	1º	4º	2º	2º	1º	7º	1º	-	
10. Mortalidade Precoce	2º	2º	3º	4º	4º	4º	4º	3º	-	
11. Cobertura Vacinal	-	-	-	-	-	1º	1º	2º	9º	
12. Desnutrição na Infância	-	-	-	-	-	2º	4º	2º	2º	
13. Equilíbrio Racial	-	-	-	-	20º	18º	15º	-	-	
14. Obesidade na Infância	-	-	-	-	-	3º	5º	4º	4º	
15. Trabalho Infantil	-	-	-	-	-	-	-	9º	8º	
16. Trabalho Escravo	-	-	-	-	-	-	-	15º	12º	

Tabela 4.1: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Notas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
no Pilar e por Indicador	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	75,7	-	76,8	77,3	74,2	-	-	72,7	-	
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto	40,0	-	57,5	58,4	62,8	-	-	57,4	-	
3. Anos potenciais de vida perdidos	86,7	90,1	88,3	88,6	87,8	84,9	86,5	87,5	-	
4. Desigualdade de renda	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	100,0	-	100,0	-	97,7	-	96,1	100,0	97,4	
6. IDH	86,9	-	74,9	-	-	-	84,1	-	-	
7. Inadequação de Moradia	-	-	-	-	81,9	-	-	86,2		
8. Mortalidade Infantil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	96,9	100,0	100,0	-	
9. Mortalidade Materna	100,0	100,0	90,6	98,2	89,4	100,0	94,0	100,0	-	
10. Mortalidade Precoce	80,6	80,6	78,6	84,3	77,5	80,7	81,8	93,3	-	
11. Cobertura Vacinal	-	-	-	-	-	100,0	100,0	97,6	80,5	
12. Desnutrição na Infância	-	-	-	-	-	96,1	92,4	98,8	96,6	
13. Equilíbrio Racial	-	-	-	-	27,6	29,3	58,1	-	-	
14. Obesidade na Infância	-	-	-	-	-	65,5	68,2	85,4	72,2	
15. Trabalho Infantil	-	-	-	-	-	-	-	96,6	96,2	

O pilar da **SOLIDEZ FISCAL** foi construído sob o pressuposto de ser condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

O pilar contempla nove indicadores e tem peso 11,3%. Os de maior peso são Solvência Fiscal, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez, Poupança Corrente e Sucesso do Planejamento Orçamentário. Os resultados para o pilar de solidez fiscal da edição de 2024 do ranking refletem os dados fiscais dos Estados para o ano de 2023.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram ES, MT e BA, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Espírito Santo passou da 2ª para 1ª colocação e o Mato Grosso passou da 1ª para 2ª colocação. O Estado baiano avançou da 4ª para a 3ª colocação. Distrito Federal e Sergipe exibiram os maiores avanços de posições no pilar, com saltos de 10 e 9 colocações, respectivamente. O DF passou 22ª para a 12ª colocação e o SE passou da 20ª para a 11ª. Ambos apresentaram melhora nos indicadores de Poupança Corrente, Resultado Primário e Gasto com Pessoal.

SC manteve a 7ª colocação conquistada na edição de 2023. A posição de cada indicador e as notas atribuídas a eles apresenta-se na Tabela 5.

Nessa edição, os maiores avanços de SC se deram nos indicadores Resultado Primário (de 17ª para a 8ª colocação) e Poupança Corrente (de 12ª para 6ª). Mas também houve avanços em

Índice de Liquidez (de 7ª para 5ª), em Gasto com Pessoal (19ª para 17ª) e em Solvência Fiscal (de 21ª para 20ª). No entanto, houve retrocesso na colocação do indicador Sucesso do Planejamento Orçamentário (de 9º para 18º); em Taxa de Investimento (de 8º para 15º); em Regra de Ouro (de 6º para 13º) e em Dependência Fiscal (de 5º para 6º). Com isso, Santa Catarina manteve a mesma colocação da edição anterior no ranking geral do pilar.

Tabela 5: SC – PILAR SOLIDEZ FISCAL – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	7º	10º	7º	9º	16º	10º	13º	15º	7º	7º
1. Dependência Fiscal	8º	6º	7º	7º	7º	7º	7º	5º	6º	-
2. Taxa de Investimento	5º	5º	7º	13º	14º	10º	12º	8º	15º	-
3. Gasto com Pessoal	-	-	-	15º	12º	14º	20º	19º	17º	-
4. Índice de Liquidez	-	-	-	-	5º	5º	2º	7º	5º	-
5. Poupança Corrente	-	-	-	18º	12º	10º	14º	12º	6º	-
6. Regra de Ouro	-	-	-	-	11º	15º	12º	6º	13º	-
7. Resultado Primário	19º	21º	18º	16º	16º	17º	19º	17º	8º	-
8. Solvência Fiscal	12º	16º	16º	23º	23º	22º	23º	21º	20º	-
9. Sucesso do Planej. Orçamentário	19º	19º	19º	15º	16º	19º	15º	9º	18º	-

  

Tabela 5.1: SC – PILAR SOLIDEZ FISCAL – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Notas no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	93,2	64,5	76,4	80,9	60,2	67,5	75,5	65,8	73,2	63,4
1. Dependência Fiscal	71,2	76,6	80,0	82,7	76,6	75,2	74,2	80,3	82,7	-
2. Taxa de Investimento	53,6	66,5	60,1	30,8	30,3	43,4	30,0	60,9	28,0	-
3. Gasto com Pessoal	-	-	-	62,5	63,7	72,5	61,5	61,5	58,1	-
4. Índice de Liquidez	-	-	-	-	93,8	95,3	99,8	95,6	97,4	-
5. Poupança Corrente	-	-	-	40,9	39,4	38,6	38,6	48,7	50,7	-
6. Regra de Ouro	-	-	-	-	64,5	51,3	37,4	58,9	64,4	-
7. Resultado Primário	13,9	29,1	45,7	33,4	27,7	12,8	25,0	48,7	45,0	-
8. Solvência Fiscal	79,8	81,8	83,0	65,0	69,6	73,4	66,4	70,1	74,6	-
9. Sucesso do Planej. Orçamentário	51,9	58,0	51,3	69,2	55,6	50,3	55,9	69,0	58,4	-

O pilar **EDUCAÇÃO**, por sua importância, é um dos de maiores pesos do ranking (11,3%), sendo complementado ainda pelo pilar Capital Humano, com 8,3% do peso total. Enquanto o primeiro avalia as condições atuais da educação, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho.

As deficiências na educação estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional. Há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas que vão

além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhoria da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

Além de indicadores que medem a qualidade da educação e de universalização do atendimento, este pilar também inclui o indicador de 'avaliação da educação', premiando os Estados que possuem um programa estadual de avaliação da educação básica. Este indicador premia as UFs que possuem uma avaliação estadual e que o façam de forma frequente. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no Estado. Para a construção deste indicador, o CLP utilizou informações dos portais de cada programa de avaliação estadual, que são checadas com as secretarias estaduais de educação.

Este pilar é composto por 7 indicadores. Os de maior peso são o Índice de Oportunidade da Educação, a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil, a Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental e a do Ensino Médio.

Em comparação à edição de 2023, não houve atualização do indicador IDEB, cuja data prevista para a divulgação dos resultados finais não viabilizou sua incorporação na etapa de coleta de dados nessa edição.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SP, CE e MG, nessa ordem. Em relação à edição passada, São Paulo manteve a posição, enquanto o Ceará subiu da 4ª para a 2ª colocação e Minas Gerais caiu da 2ª para a 3ª. Paraíba exibiu o maior avanço no pilar, com salto de 6 colocações, passando da 20ª para a 14ª. O Estado apresentou melhora relativa no indicador Avaliação da Educação, Taxa de Atendimento do Ensino Infantil, Índice de Oportunidade da Educação e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental.

Nessa edição, SC recuou quatro colocações no pilar, passando da 5ª colocação para a 9ª. Vale lembrar que o Estado já havia perdido duas colocações na edição do ano passado. A melhor performance do Estado na série e nesse pilar foi nos anos 2020 e 2021 quando ocupava a segunda posição.

Os indicadores que avançaram entre 2023 e 2024 foram ENEM (de 4ª para 3ª colocação); Índice de Oportunidade na Educação (de 4ª para 3ª) e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (passa de 11ª para o 10º posto). Houve piora significativa, no entanto, em Avaliação da Educação (passa de 21ª para o 26º posto) e na Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (passa de 14ª para o 18º posto). Observa-se também perda significativa na nota atribuída aos indicadores Avaliação da Educação, Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio e na Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental. O Estado manteve a 2ª colocação em Taxa de Atendimento do Ensino Infantil, a sua melhor posição no ranking.

**Tabela 6: SC – PILAR EDUCAÇÃO – Classificação por Indicador, 2015 a 2024**

<b>Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
	<b>4º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>3º</b>	<b>2º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>5º</b>	<b>9º</b>
1. Avaliação da Educação	21º	22º	22º	20º	19º	12º	1º	8º	21º	26º
2. ENEM	6º	-	1º	4º	4º	-	-	4º	3º	-
3. IDEB	2º	-	2º	-	6º	-	5º	-	-	-
4. Índice de Oportunidade da Educação	3º	-	5º	-	6º	-	4º	-	3º	-
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	2º	-	2º	2º	1º	-	3º	2º	2º	-
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio	7º	-	4º	3º	6º	-	4º	11º	10º	-
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	6º	-	7º	9º	10º	-	10º	14º	18º	-

**Tabela 6:1 SC – PILAR EDUCAÇÃO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024**

<b>Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
	<b>84,1</b>	<b>85,7</b>	<b>83,1</b>	<b>86,0</b>	<b>82,0</b>	<b>86,4</b>	<b>86,7</b>	<b>92,6</b>	<b>73,4</b>	<b>63,6</b>
1. Avaliação da Educação	0,0	0,0	0,0	10,0	20,0	70,0	100,0	80,0	30,0	-
2. ENEM	71,6	-	100,0	92,4	92,4	-	-	90,6	92,0	-
3. IDEB	96,2	-	97,1	-	78,6	-	84,7	-	-	-
4. Índice de Oportunidade da Educação	92,9	-	78,4	-	78,9	-	83,5	-	92,3	-
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	94,8	-	96,9	98,0	100,0	-	92,6	95,2	95,2	-
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio	61,7	-	71,8	84,1	75,9	-	89,4	61,7	48,3	-
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	93,2	-	81,8	69,4	68,9	-	72,8	63,8	55,7	-

A abordagem no pilar da **EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA** está entre as motivações centrais da construção do ranking, uma vez que incentiva a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados centrais na competitividade e também instrumentos fundamentais na qualidade da democracia.

A melhoria da eficiência da máquina governamental é vista como condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento.

Sob a ótica da competitividade, o CLP destaca ainda que a ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica é considerada dependente de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 9,9% no ranking final, são avaliados 11 indicadores. Os de maior peso são Eficiência do Judiciário, Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, Custo do Legislativo/PIB;

Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário e Custo do Executivo/PIB. Nessa edição não houve atualização do indicador Índice de Transparência, pois os dados não foram disponibilizados pela Controladoria Geral da União (CGU).

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram RS, PR e SC, nessa ordem, sem mudanças em relação à edição passada. Rondônia exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 9 colocações, passando da 13ª para 4ª. O Estado apresentou melhora relativa, em especial, nos indicadores de Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual e de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal.

SC está melhor classificada em Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual que passou da 8ª para a 2ª colocação. Também avançou da 9ª para a 7ª colocação em Prêmio Salarial Público-Privado. Em Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual o estado manteve a 7ª colocação adquirida na edição de 2023. No entanto, na maioria dos indicadores, o Estado não foi bem. As maiores perdas foram em Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário que o Estado perdeu sete postos, passando da 1ª colocação para a 8ª. Em Oferta de Serviços Públicos Digitais, SC passou da 8ª colocação para a 13ª. Em Custo do Legislativo/PIB passou da 3ª colocação para 7ª, enquanto o Custo do Executivo/PIB caiu da 7ª colocação para a 10ª. Também houve recuos em Custo do Judiciário/PIB, em Qualidade da Informação Contábil e Fiscal e em Eficiência do Judiciário.

Tabela 7: SC – PILAR EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Custo do Executivo/PIB	12º	9º	10º	10º	9º	9º	9º	7º	10º	-
2. Custo do Judiciário/PIB	6º	5º	5º	5º	5º	5º	5º	5º	7º	-
3. Custo do Legislativo/PIB	6º	6º	5º	6º	5º	4º	3º	3º	7º	-
4. Eficiência do Judiciário	24º	24º	25º	-	18º	7º	15º	-	16º	-
5. Índice de Transparência	-	13º	-	4º	-	15º	-	-	-	-
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	-	-	-	-	1º	-	5º	7º	8º	13º
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário	-	-	-	-	8º	1º	1º	8º	-	-
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	-	-	-	-	10º	2º	2º	4º	-	-
9. Prêmio Salarial Público-Privado	-	-	-	-	6º	-	9º	9º	7º	-
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	-	-	-	-	8º	-	16º	7º	7º	-
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Pública Estadual	-	-	-	-	10º	-	3º	8º	2º	-

No que se refere ao pilar da **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, a abordagem adotada pressupõe que o padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, expressas em custos e prejuízos econômicos concretos. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento.

O peso do pilar no ranking é de 8,4%, sendo que é composto por 13 indicadores. Os

Tabela 7.1: SC – PILAR EFICIENCIA DA MÁQUINA PÚBLICA – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	93,9	92,7	86,4	77,7	82,5	100,0	99,2	100,0	92,3	91,1
1. Custo do Executivo/PIB	90,5	92,0	91,8	87,5	86,4	86,9	86,6	87,3	89,2	
2. Custo do Judiciário/PIB	94,0	92,8	88,9	91,5	91,5	94,0	86,1	83,0	86,0	
3. Custo do Legislativo/PIB	88,0	93,4	94,1	92,2	94,4	95,4	96,0	96,0	94,3	
4. Eficiência do Judiciário	15,7	13,7	5,5	-	25,9	72,8	31,7	-	28,8	
5. Índice de Transparência	-	97,2	-	93,4	-	84,5	-	-		
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	-	-	-	-	100,0	-	88,7	69,5	68,8	72,6
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário	-	-	-	-	96,6	100,0	100,0	68,4		
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	-	-	-	-	80,7	99,3	94,8	95,1		
9. Prêmio Salarial Público-Privado	-	-	-	-	65,7	-	46,5	50,9	65,3	
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	-	-	-	-	74,5	-	62,8	79,2	84,6	
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Pública Estadual	-	-	-	-	75,0	-	97,1	78,2	95,8	

indicadores Emissões de CO<sub>2</sub>, Desmatamento, Tratamento de Esgoto e Perda de água são os de maior peso no Pilar.

Nessa edição do ranking, não foi atualizado o indicador Coleta Seletiva de Lixo. Esse indicador retrata a taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana. Contudo, devido a não publicação da informação de população urbana total pelo Censo Demográfico 2022, o CLP optou por não divulgar indicadores que consideram esses dados no cálculo.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram PR, SP e GO, nessa ordem. Em relação à edição passada, PR e SP mantiveram as posições e o estado goiano avançou 3, passando da 6ª para a 3ª colocação, sobretudo devido a melhora relativa no indicador de Recuperação de Áreas Degradadas. Roraima exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações, passando da 17ª para 9ª. O Estado apresentou melhora relativa no indicador Emissões de CO<sub>2</sub>, com avanço de 24 posições.

SC não foi bem em Sustentabilidade Ambiental nessa edição do Ranking, após ter perdido uma colocação na edição anterior. O Estado caiu da 5ª colocação para a 10ª nesse pilar.

Os indicadores em que o Estado está melhor posicionado considerando-se os últimos dados disponíveis foram: Velocidade do Desmatamento (manteve a 3ª colocação) e Reciclagem de Lixo

(caiu da 3ª para a 5ª colocação). Em Coleta Seletiva do Lixo o Estado ocupa a terceira colocação, mas não houve atualização do indicador nessa edição.

Em Serviços Urbanos, que trata da oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados, foi o indicador em que o estado teve a melhor performance, subiu da 17ª para 11ª colocação. Em Emissões de CO2 (avançou da 16ª para 12ª colocação) e em Recuperação de Áreas Degradadas, passa de 18º para 15º. Em Tratamento de Esgoto, SC avançou duas posições, passando da 16º colocação para a 14ª e em Desmatamento, avançou uma, passando da 9ª para a 8ª.

Nos demais indicadores desse pilar, SC ou perdeu ou manteve a posição relativa. Em Perda de Água (cai da 4ª para a 8ª colocação). Em Destinação do Lixo cai da 7ª para a 9ª. Em Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais perde uma colocação passando para a 13ª. E em Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais, o Estado manteve a 18ª colocação, assim como em Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento (23ª).

Ainda que o Estado tenha avançado sua posição relativa em cinco indicadores desse pilar e mantido a posição em três deles, a queda em quatro indicadores de peso relevante no pilar e o melhor desempenho das demais UFs fez com que SC tenha tido uma perda significativa na colocação gral do pilar.

Tabela 8: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Destinação do Lixo	5º	2º	5º	2º	10º	3º	7º	9º	-	-
2. Emissões de CO2	13º	14º	12º	8º	4º	16º	16º	12º	-	-
3. Perda de Água	-	-	9º	7º	6º	4º	4º	8º	-	-
4. Serviços Urbanos	10º	8º	11º	22º	14º	12º	17º	11º	-	-
5. Tratamento de Esgoto	16º	17º	19º	19º	15º	15º	16º	14º	-	-
6. Coleta Seletiva de Lixo	-	-	-	-	2º	2º	3º	-	-	-
7. Desmatamento	-	-	-	-	-	10º	8º	9º	8º	-
8. Reciclagem de Lixo	-	-	-	-	3º	3º	3º	5º	-	-
9. Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	22º	11º	18º	15º	-	-
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	-	-	-	-	-	21º	15º	23º	23º	-
11. Velocidade do Desmatamento	-	-	-	-	-	2º	-	3º	3º	-
12. Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	12º	-	13º	-
13. Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	18º	-	18º	-

Tabela 8.1: SC – PILAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Nota Atribuída	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>no Pilar e por Indicador</b>	<b>40,8</b>	<b>57,9</b>	<b>57,1</b>	<b>65,2</b>	<b>61,0</b>	<b>66,6</b>	<b>72,6</b>	<b>80,7</b>	<b>72,6</b>	<b>68,6</b>
1. Destinação do Lixo	85,0	99,8	81,5	85,9	64,2	93,9	90,4	66,1	-	-
2. Emissões de CO2	63,0	62,9	60,4	67,0	95,0	64,5	59,7	63,7	-	-
3. Perda de Água	-	-	79,0	89,8	88,1	86,6	88,1	85,2	-	-
4. Serviços Urbanos	45,2	35,1	43,3	14,2	53,7	58,4	40,5	65,3	-	-
5. Tratamento de Esgoto	28,6	25,7	27,2	25,1	29,4	27,1	29,1	36,7	-	-
6. Coleta Seletiva de Lixo	-	-	-	-	85,1	84,5	82,2	-	-	-
7. Desmatamento	-	-	-	-	-	94,4	98,1	94,4	99,4	-
8. Reciclagem de Lixo	-	-	-	-	92,6	90,7	47,5	45,6	-	-
9. Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	1,6	34,7	5,9	36,1	-	-
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	-	-	-	-	-	-	37,5	-	-	-
11. Velocidade do Desmatamento	-	-	-	-	-	99,1	-	99,3	98,9	-
12. Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	53,6	-	45,3	-
13. Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	-	22,2	-	25,5	-

No que se refere ao pilar CAPITAL HUMANO, o método pressupõe que o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento do País. Segundo a OCDE, Capital Humano é definido como estoque de conhecimento, habilidades e características pessoais que influenciam na produtividade. Tais recursos podem ser adquiridos ou aprimorados pela via da educação formal, no entanto não se deve descartar o aprendizado prático proveniente da inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

O pilar através de seus nove indicadores avalia o nível educacional da mão de obra, aspectos ligados à inserção no mercado de trabalho e os impactos sobre a produtividade da economia. Embora não esteja entre os de maior peso (8,3%), isso se justifica em função da sua complementariedade com a Educação (11,3%).

Aqui foram considerados indicadores de qualificação dos trabalhadores e os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante na decisão de investimentos por parte das empresas.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, DF e MS, nessa ordem, sem mudanças em relação à edição anterior. O maior avanço no pilar foi do Amapá, com salto de 6 posições, passando da 20ª para a 14ª colocação. O Estado apresentou melhora relativa, em especial, nos indicadores PEA com Ensino Superior, Formalidade do Mercado de Trabalho e Desocupação de Longo Prazo.

SC lidera os indicadores da Formalidade no Mercado de Trabalho e em Inserção Econômica de Jovens, com a primeira colocação em toda a série. Também passou a liderar em Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas (subiu da 2ª posição para a 1ª). Em Inserção Econômica, SC perdeu a liderança, passando para a 3ª colocação.

Os indicadores em que o estado perdeu posição foram PEA com Ensino Superior (da 5ª colocação para a 9ª) e em Qualificação dos Trabalhadores (da 5ª para a 6ª). Nos demais o estado

manteve a posição da edição anterior do ranking: Produtividade do Trabalho (6ª); Desocupação de longo Prazo (7ª) e Custo da Mão de Obra (24ª).

Tabela 9: SC – PILAR CAPITAL HUMANO – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>no Pilar e por Indicador</b>	<b>3º</b>	<b>6º</b>	<b>3º</b>	<b>5º</b>	<b>7º</b>	<b>5º</b>	<b>15º</b>	<b>24º</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>
1. Custo de Mão de Obra	23º	22º	23º	23º	22º	23º	24º	24º	24º	
2. PEA com Ensino Superior	5º	-	5º	6º	4º	4º	5º	5º	9º	
3. Produtividade do Trabalho	5º	4º	4º	6º	4º	7º	6º	6º	6º	
4. Qualificação dos Trabalhadores	4º	-	5º	5º	5º	5º	5º	5º	6º	
5. Formalidade do Mercado de Trabalho	1º	-	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	
6. Inserção Econômica	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	1º	3º	
7. Inserção Econômica dos Jovens	1º	-	1º	1º	1º	-	1º	1º	1º	
8. Desocupação de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	7º	7º	
9. Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	2º	1º	

Tabela 9.1: SC – PILAR CAPITAL HUMANO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Nota Atribuída	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>no Pilar e por Indicador</b>	<b>57,2</b>	<b>68,0</b>	<b>70,4</b>	<b>53,8</b>	<b>53,4</b>	<b>45,6</b>	<b>37,9</b>	<b>10,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1. Custo de Mão de Obra	58,7	60,5	58,7	59,1	56,5	54,4	51,0	51,7	52,7	
2. PEA com Ensino Superior	40,6	-	42,5	42,6	41,6	42,3	39,7	36,3	33,4	
3. Produtividade do Trabalho	38,2	38,3	34,9	31,1	34,2	22,8	26,1	32,6	37,4	
4. Qualificação dos Trabalhadores	65,3	-	61,3	60,1	61,5	57,7	51,9	47,2	48,0	
5. Formalidade do Mercado de Trabalho	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
6. Inserção Econômica	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	94,1	
7. Inserção Econômica dos Jovens	100,0	-	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	
8. Desocupação de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	75,7	82,7	
9. Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	99,6	100,0	

No pilar POTENCIAL DO MERCADO foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de trabalho nos 10 próximos anos.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de destinação de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores UFs. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo. Já os indicadores de crédito são determinantes para a evolução do investimento e consumo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar, evitando que os maiores Estados em termos de PIB, adquiram uma vantagem excessiva no ranking. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (8,2%).

Vale destacar ainda que o indicador Taxa de Crescimento considera a média das variações do PIB real dos últimos 4 anos (2020 a 2023), sendo as taxas de 2020 e 2021 as últimas divulgadas oficialmente pelo IBGE. Para 2022 e 2023, a Tendências Consultoria Integrada estimou as taxas.

O pilar é composto por sete indicadores sendo que quatro deles foram introduzidos na edição

de 2023: Comprometimento da Renda, Qualidade De Crédito para Pessoa Física, Volume de Crédito e Inadimplência.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram TO, GO e RR, nessa ordem. Em relação à edição passada, Tocantis subiu de 5º para 1º colocado, Goiás caiu da 1ª para 2ª colocação e Roraima manteve a posição.

O Paraná exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 13 colocações, passando da 24ª para 11ª posição. O Estado paranaense apresentou melhora relativa no indicador de Volume de Crédito (+23 posições), além de alcançar posições favoráveis nos indicadores de Tamanho de Mercado, Qualidade de Crédito para Pessoa Física e Inadimplência.

Nesse indicador SC caiu seis posições em relação a edição anterior e ocupa agora a 10ª colocação. O indicador em que o Estado está melhor posicionado é o da Inadimplência (2ª colocação) que manteve o posto de 2023. O estado ainda manteve a mesma colocação da edição anterior em Tamanho do Mercado (6ª) e em Crescimento Potencial da Força de Trabalho (15ª). Em Comprometimento da Renda avançou dois postos para a 18ª colocação. E houve recuo em Taxa de Crescimento da 8ª para 17ª colocação, de três postos em Volume de Crédito (da 4ª para a 7ª) e em Qualidade do Crédito para a Pessoa Física (da 11ª para 14ª colocação).

Tabela 10: SC – PILAR POTENCIAL DE MERCADO – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>no Pilar e por Indicador</b>	<b>19º</b>	<b>19º</b>	<b>10º</b>	<b>8º</b>	<b>8º</b>	<b>5º</b>	<b>7º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>	<b>10º</b>
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	15º	15º	15º	16º	16º	16º	16º	15º	15º	-
2. Tamanho de mercado	7º	6º	6º	6º	6º	6º	6º	6º	6º	-
3. Taxa de crescimento	17º	10º	7º	6º	3º	6º	2º	8º	17º	-
4. Comprometimento de Renda	-	-	-	-	-	-	-	20º	18º	-
5. Qualidade de Crédito para Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	11º	14º	-
6. Volume de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	4º	7º	-
7. Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	2º	2º	-

Tabela 10.1: SC – PILAR POTENCIAL DE MERCADO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Nota Atribuída	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>no Pilar e por Indicador</b>	<b>53,9</b>	<b>28,9</b>	<b>43,8</b>	<b>51,8</b>	<b>45,7</b>	<b>61,0</b>	<b>51,9</b>	<b>66,7</b>	<b>90,8</b>	<b>59,3</b>
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	38,7	39,0	39,8	24,3	28,1	32,5	35,8	35,9	36,1	-
2. Tamanho de mercado	12,1	12,6	12,7	12,6	12,9	13,5	13,8	14,1	14,9	-
3. Taxa de crescimento	36,6	48,6	52,9	67,0	77,4	62,0	87,2	54,1	31,6	-
4. Comprometimento de Renda	-	-	-	-	-	-	-	69,2	71,3	-
5. Qualidade de Crédito para Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	82,9	47,8	-
6. Volume de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	68,7	62,1	-
7. Inadimplência	-	-	-	-	-	-	-	94,6	85,1	-

Por último, o pilar **INOVAÇÃO** é compreendido como aquele que envolve aspectos relacionados a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral.

O CLP pontua que a teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, já que ela promove ganhos de

produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é por acaso que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar Inovação tem peso 6,5% no cômputo geral e contempla sete indicadores com pesos semelhantes. Dois indicadores foram introduzidos na edição de 2023: Informação e Comunicação e Empresas de Alto Crescimento.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram RS, SP e AM, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Rio Grande do Sul avançou 1 posição, ultrapassando São Paulo (-1) e o Amazonas avançou 2 posições, passando da 5ª para a 3ª colocação. Ceará e Roraima exibiram os maiores avanços de posição no pilar, com salto de 6 colocações. O Ceará atingiu a 7ª posição no pilar (com avanços em Investimentos Públicos em P&D e em Pesquisa Científica e Informação e Comunicação). Já Roraima atingiu a 21ª posição e apresentou melhora no indicador de Patentes, em Estrutura de apoio à Inovação e em Empresas de Alto Crescimento.

Nessa edição, Santa Catarina manteve a terceira colocação no pilar. Com exceção de 2022 em que o estado perdeu um posto, em toda a série SC ocupou a mesma posição.

A melhor colocação do Estado está em Patentes (passou da 2ª para a 3ª); em Informação e Comunicação (passou da 3ª para a 4ª) e em Empreendimentos Inovadores (de 5º para 4º). Nesse último, vale lembrar que nas edições de 2019 e 2020 ocupava o 1º lugar. Esse indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores).

O maior avanço de SC nessa edição foi em Pesquisa Científica em que o estado subiu da 14ª para a 10ª colocação. E o maior recuo foi em Bolsa de Mestrado e Doutorado em que caiu da 9ª para 12ª colocação.

Tabela 11: SC – PILAR INOVAÇÃO – Classificação por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Classificação no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	7º	13º	-	10º	9º	9º	12º	
2. Empreendimentos Inovadores	-	-	-	-	1º	1º	3º	4º	5º	4º
3. Investimentos em P&D	6º	11º	10º	8º	7º	7º	-	7º	-	
4. Patentes	-	1º	2º	2º	2º	-	3º	2º	3º	
5. Pesquisa Científica	-	-	-	-	14º	-	-	-	10º	
6. Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	3º	4º	-	-	
7. Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	20º	20º	-	-	

Tabela 11.1: SC – PILAR INOVAÇÃO – Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2024										
Ano/ Nota Atribuída no Pilar e por Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	-	-	65,4	38,0	-	44,4	68,7	62,2	47,8	
2. Empreendimentos Inovadores	-	-	-	-	100,0	100,0	93,8	83,2	73,2	76,2
3. Investimentos em P&D	31,1	18,9	19,6	21,2	27,7	27,1	-	23,8	-	
4. Patentes	-	100,0	83,3	94,4	93,7	-	70,0	78,3	83,9	
5. Pesquisa Científica	-	-	-	-	43,5	-	-	-	63,2	
6. Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	59,6	45,0	-	-	
7. Empresas de Alto Crescimento	-	-	-	-	-	13,6	12,9	-	-	

## Conclusões

Como pode-se observar, o Ranking de Competitividade elaborado pelo CLP permite uma análise profunda e abrangente dos estados, constituindo-se em uma excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar as áreas que precisam de melhorias e a definição de prioridades na atuação das instituições governamentais, estimulando a elevação do padrão de competitividade entre os estados.

Apesar de SC ter avançado 5 posições desde a primeira edição do Ranking, em 2011, quando ocupava o 7º posto e se consolidar como uma liderança competitiva, tanto o governo estadual como a sociedade em geral, se deparam com muitos desafios a serem enfrentados. São vários os indicadores em que SC ou não está bem colocada ou perdeu pontuação no indicador. E mesmo naqueles em que se destaca, há ainda muito espaço para melhorar.

No caso da Segurança Pública, por exemplo, apesar de o Estado ter a melhor colocação do País já pelo sexto ano seguido e de ter tido avanços importantes nessa edição, alguns de seus indicadores precisam de atenção. Em Mortalidade (15º) e Morbidade no trânsito (8º), por

exemplo, há claramente muito a ser feito para melhorar e atingir níveis internacionais de referência. Em Violência Sexual (19º) o estado teve discreto avanço mas exibe um dos piores indicadores do País. Também em Déficit Carcerário e em Mortes a Esclarecer há muito espaço para avanços e melhorias.

Em Infraestrutura, o Estado tem uma boa posição relativa, mas sabe-se da precariedade e dos gargalos desse segmento no Brasil e em nosso estado. Ainda que tenha tido avanço em indicadores como Backhaul de Fibra Ótica e Custo da Energia Elétrica, teve piora em outros, como foi o caso da Qualidade da Energia Elétrica e no Custo do Saneamento Básico, esse último classificado como um dos mais altos do País. A Qualidade das nossas Rodovias não teve atualização nessa edição, mas ainda que o estado figure na 11ª colocação, sabe-se da urgência de investimentos volumosos para destravar esse setor que em muito onera os custos e a competitividade dos produtos e serviços em SC.

Sendo a infraestrutura de fundamental importância para a competitividade, atenção especial é fundamental para que todos os seus indicadores tenham melhora contínua. E não somente na melhoria e desenvolvimento de estradas, mas também em novos modais de transporte, como ferrovias e cabotagem.

Os indicadores sociais de SC seguem sendo os melhores do País. O Estado mantém a menor Desigualdade de Renda e a menor Mortalidade Infantil e Materna. No entanto, há muito espaço para melhorar a performance tanto nesses como nos demais indicadores do pilar. Nessa edição, o Estado perdeu posição em Número de Famílias abaixo da Linha da Pobreza e também em Cobertura Vacinal. Tanto em Obesidade na Infância como em Desnutrição na Infância, SC manteve o posto ocupado na edição anterior, mas ainda há muito espaço para atingir patamares de referência internacionais nessa área. O Estado também tem bastante espaço para crescimento em Acesso ao Saneamento Básico que está entre os piores indicadores desse pilar.

Em Solidez Fiscal, SC manteve a 7ª colocação da edição anterior. Dos nove indicadores do pilar, o estado melhorou sua colocação em cinco deles. O maior avanço foi em Resultado Primário que passou da 17ª para a 8ª, atingindo a melhor colocação da série. Também houve avanço importante em Poupança Corrente. Já os piores desempenhos do Estado foram dos indicadores Sucesso do Planejamento Orçamentário, Regra de Ouro e Taxa de Investimento.

Assim, atenção especial precisa ser dada nas questões relacionadas a Solvência Fiscal, aos Gastos com Pessoal, ao Sucesso do Planejamento Orçamentário e a Taxas de Investimentos, indicadores em que o estado não está bem posicionado.

Atenção especial deve-se voltar também ao Pilar Educação, já que SC recuou cinco postos nessa edição, após ter recuado outros dois postos na edição anterior e um posto na edição de 2022. Foram três anos, portanto, de perda de protagonismo de Santa Catarina nesse relevante pilar da competitividade. Ocupa agora a sua pior colocação (9ª) e a pior nota (63,6) da série iniciada em 2015.

Sabe-se que é fundamental priorizar investimentos em educação básica, já que sem

conhecimentos básicos e ajustados a evolução e dinâmica do contexto socio-econômico em que se encere, torna-se impossível prover a quantidade necessária e eficaz de mão de obra qualificada que o mercado demanda.

Os indicadores em que o estado está pior classificado foram Avaliação da Educação (26ª); Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio.

E pelo segundo ano consecutivo, SC também não foi bem em Sustentabilidade Ambiental ao retroceder em quatro importantes indicadores. Foram eles Perda de Água, Destinação do Lixo, Reciclagem do Lixo e Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais. Em dois deles, SC manteve a posição anterior e avançou em cinco, com destaque para Serviços Urbanos. As piores classificações de SC estão nos indicadores Transparência nas Ações de Combate ao Desmatamento (23ª); em Vegetação Nativa de Imóveis Rurais e em Recuperação de Áreas Degradadas.

A importância desse pilar é cada vez maior pois elevar a sustentabilidade ambiental tornou-se estratégico para o desenvolvimento empresarial e deve passar pela priorização de investimentos alinhados à estratégia ESG. Essa estratégia que aborda aspectos sociais, ambientais e de governança é uma métrica que se refere às boas práticas de negócios que visam critérios de sustentabilidade. Essa linha de ação passa não só por desenvolver produção descarbonizada e verde, mas também em prover maior proteção ao ambiente e elevar a diversidade. E o mundo caminha nessa direção.

Em Eficiência da Máquina Pública, SC manteve a 3ª colocação. Houve melhora em dois indicadores e estabilidade em um deles, mas houve recuo em sete. Em um deles não houve atualização. As maiores perdas de colocação foram em Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário e em Oferta de Serviços Digitais. Agora as piores colocações de Santa Catarina nesse pilar estão em Eficiência do Judiciário e em Oferta de Serviços Digitais.

Em Capital Humano SC manteve a primeira colocação no pilar. Em cinco indicadores manteve a colocação e teve avanço em um deles. As piores colocações de Santa Catarina nesse pilar estão em Custo da Mão de Obra e em PEA com Ensino Superior. Nesse último o estado perdeu quatro posições nessa edição.

Em Potencial do Mercado, o Estado perdeu seis posições e passou para a 10ª colocação. O indicador em que o Estado está melhor posicionado é o da Inadimplência (2ª) e no Tamanho do Mercado (6ª). As piores posições estão em Comprometimento da Renda (18ª) e Taxa de Crescimento (17ª). Nesse último o estado perdeu nove posições.

E finalmente, em Inovação, o Estado avançou em dois indicadores, manteve posição em outros dois e recuou em três deles. Com isso, SC manteve a terceira melhor classificação nesse pilar. Os indicadores em que o estado está pior classificado foram em Empresas de Alto Crescimento (20ª), em Bolsas de Mestrado e Doutorado (12ª) e em Pesquisa Científica (10ª).

Apesar de relativamente bem colocado nesse pilar, é fundamental que as empresas

catarinenses reforcem investimentos em inovação, focadas em determinadas áreas onde tenham mais possibilidades de desenvolvimento. A busca contínua por melhoria em produtos, processos e serviços e o desenvolvimento de novos produtos e soluções alinhados com as expectativas do mercado são estratégicas para o desenvolvimento das empresas, para a geração de valor para o negócio e para maior engajamento dos atores envolvidos.

E assim, SC avança no Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros. Ainda que vários indicadores oscilem entre melhora e piora, de forma geral se observa que no conjunto os avanços têm superado os retrocessos.

Importante assim mesmo sempre estar atento ao padrão de competitividade que vem se mostrando cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional. E os desafios se renovam e crescem, e exigem esforços de criatividade e atitude para enfrentá-los. Ainda mais, considerando-se que nos deparamos com uma reorganização das cadeias globais de produção, fortemente impactadas tanto pela guerra na Ucrânia, como pelos efeitos devastadores da pandemia da Covid. E agora novos desafios e incertezas com a Guerra no Oriente Médio e conflitos entre grandes potências mundiais.

Também a perspectiva de grandes desafios climáticos demanda um olhar atento e ações concretas, tanto para mitigar os efeitos das mudanças em curso cada vez mais evidentes, como na prevenção e combate às práticas predatórias. A sociedade em geral, líderes e agentes públicos e privados, precisam voltar-se cada vez mais para adoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento econômico. Está cada vez mais evidente que a economia (e a sociedade) depende do meio ambiente e não o contrário. Por isso, uma provável expansão dessa consciência resultará em sistemas produtivos cada vez mais limpos e sustentáveis, baseados em ambientes socialmente equilibrados.

E a competitividade evolui nessa direção. Governo e iniciativa privada precisam unir forças, em diferentes frentes, para manter e elevar a competitividade, sob pena de perder espaço para a concorrência. O governo precisa alocar mais recursos, no sentido de aprimorar a infraestrutura, a educação e a segurança jurídica, buscando diminuir custos de produção, elevar o padrão dos produtos e serviços e criar um ambiente de negócios estável, seguro e amigável a implantação e desenvolvimentos das empresas.

Cabe alinhar ações e enfrentar os desafios, sob pena de perdermos o protagonismo que tanto nos orgulha.

Vale aqui também ressaltar o destaque que SC teve no Ranking dos Municípios brasileiros que em sua 5ª Edição, analisou a competitividade de 404 municípios (7,25% do total) que compõem o recorte populacional superior a 80.000 habitantes. No Estado foram analisados 17 Municípios que abrigam uma população estimada em 3,8 milhões de habitantes. Florianópolis, pelo segundo ano consecutivo é o município mais competitivo do País, seguido por São Paulo (2º) e Vitória (3º).

Ainda entre os 100 municípios mais competitivos do País, SC ampliou sua participação nessa

lista de 13 para 17 entre as edições de 2023 e a de 2024: Jaraguá do Sul (12°); Balneário Camboriu (14°); Criciúma (18°); Blumenau (23°); Joinville (31°); São Bento do Sul (33°); Chapecó (61°); Itajaí (69°); Concórdia (84°); Navegantes(90°); Brusque (90°). Um notório diferencial competitivo, portanto.

Cabe finalmente parabenizar as iniciativas e o protagonismo do Centro de Liderança Pública pelo desenvolvimento desse relevante estudo que vem sendo sistematicamente aprimorado e divulgado desde 2011.

**Paulo Zoldan**

Economista

Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina

# Anexos

## 1. Descrição dos Indicadores por Pilar, fonte e ano de Referência no Ranking dos Estados de 2023

Infraestrutura			
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos de telefonia móvel e banda larga fixa por 100 habitantes.	ANATEL e IBGE	2022
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média simples entre o percentual de cumprimento de metas com banda larga fixa e telefonia móvel.	ANP	2022
Custo de Combustíveis	Preço médio pago em reais por consumidores finais (Etanol Hidratado, Gasolina Comum e Óleo Diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	SNIS	2022
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	ANAC	2021
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	IBGE	2022
Acesso à Energia Elétrica	Percentual de domicílios com energia elétrica (rede geral ou fonte alternativa).	ANEEL	2022
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média (com impostos) praticada para o consumo comercial, residencial, industrial e rural, ponderada pela participação das classes no consumo total de energia	ANEEL	2022
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Global de Continuidade, ao considerar a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	CNT	2022
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias: nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo), ponderada pela extensão pesquisada.	ANATEL e IBGE	2022
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANP	2023

Sustentabilidade Social			
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência

Inadequação de Moradia	% de domicílios urbanos que apresentam ao menos 1 dos critérios de inadequação: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.	IBGE	2022
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza definida pelo Governo Federal com base nos valores adotados para qualificação no Bolsa Família	IBGE	2022
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido, em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	IBGE	2022
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2022
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.	IBGE	2022
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média ponderada pela quantidade de óbitos dos anos potenciais de vida perdidos (anos faltantes para atingir 70 anos) por faixa etária.	Datasus	2021
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, FJP e Ipea	2021
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos) – Taxa de mortalidade por 100 mil mulheres	Datasus e IBGE	2021
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas. – Taxa de mortalidade por 100 mil jovens	Datasus e IBGE	2021
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos - Taxa de mortalidade por mil nascidos vivos	Datasus	2021
Desnutrição na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada.	Sisvan	2022
Obesidade na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade.	Sisvan	2022
Cobertura Vacinal	Taxa de cobertura vacinal: número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100.	Datasus	2022
Equilíbrio Racial	Distância entre o percentual de negros na população acima de 30 anos em estratos privilegiados (educação, renda e longevidade) e sua participação no total de habitantes da mesma faixa etária.	Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer)	2021

Trabalho Infantil	Crianças e adolescentes encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho em situação de trabalho infantil em relação à população menor de 18 anos – Trabalhadores por 100 mil crianças e adolescentes.	Ministério do Trabalho e IBGE	2022
Trabalho Escravo	Trabalhadores em condições análogas a trabalho escravo encontrados pela Inspeção do Trabalho, em relação à população em idade de trabalhar (14 anos ou mais).	Ministério do Trabalho e IBGE	2022

## Segurança Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2022
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2022
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas	DEPEN	2022
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datusus e IBGE	2021
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datusus e IBGE	2021
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datusus e IBGE	2022
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora) em relação a população total.	FBSP	2022
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2022
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2020
Violência Sexual	Total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados por 100 mil habitantes.	FBSP	2022

## Educação

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de	2023

## Educação

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ponderado pelo número de matrículas de todos os níveis de Ensino e de toda a rede (Pública e Privada).	INEP	2021
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas.	INEP	2022
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa CEDAC	2021
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	IBGE	2022
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	IBGE	2022
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	IBGE	2022

## Solidez Fiscal

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2022
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital empenhadas e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida – (em %)	Siconfi	2022
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida – em %	Siconfi	2022
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária) – em %	Siconfi	2022
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total – em %	Siconfi	2022
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado – em %	Siconfi e Tendências	2022
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2022

Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior- em %	Siconfi	2022
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes) – em %	Siconfi	2022

## Sustentabilidade Ambiental

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO2	Emissões brutas subtraídas das remoções de CO2 divididas pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2021
Serviços Urbanos	Oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados pela Prefeitura, por empresas contratadas e por outros executores.	SNIS e IBGE	2021
Destinação do Lixo	Destinação adequada dos resíduos sólidos pelos municípios, conforme o tipo de resíduo emitido e a qualidade da unidade de processamento destinatária.	SNIS e IBGE	2021
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado	SNIS e IBGE	2021
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SNIS	2021
Reciclagem de Lixo	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos.	SNIS e IBGE	2021
Coleta Seletiva de Lixo	Taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana.	SNIS e IBGE	2021
Desmatamento	Razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas.	MapBiomias, Instituto Socioambiental e Ministério do Meio Ambiente	2022
Velocidade do Desmatamento	Velocidade média do desmatamento: razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.	MapBiomias	2022
Recuperação de Áreas Degradadas	Área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total.	MapBiomias e IBGE	2021

Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento.	MapBiomass	2022
Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	Percentual da área da Unidade da Federação dedicada à preservação da vegetação nativa pelos imóveis rurais.	Embrapa	2021
Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	Área dedicada à preservação da vegetação nativa em relação à área dos imóveis rurais – em %		2021

## Eficiência da Máquina Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2021
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2022
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB	Siconfi e Tendências	2022
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB	Siconfi e Tendências	2022
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360° - Ranking de "Transparência Passiva" e "Transparência Ativa".	CGU	2020
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi.	Tesouro Nacional	2021
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC - Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC -Jus	CNJ	2021
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital.	ABEP-TIC	2023
Prêmio Salarial Público-Privado	Diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado.	IBGE	2022
Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual.	IBGE	2022
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	Distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em	IBGE	2022

relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada).

### Capital Humano

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	IBGE	2022
PEA com Ensino Superior	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, com ensino superior completo.	IBGE	2022
Produtividade do Trabalho	PIB total pelas horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade	IBGE e Tendências	2022
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas.	IBGE	2022
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados formais em relação ao total de ocupados de 14 anos ou mais de idade.	IBGE	2022
Inserção Econômica	Proporção de Ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2022
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 29 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2022
Desocupação de Longo Prazo	Percentual de pessoas desocupadas por 2 anos ou mais, em relação ao total de pessoas desocupadas.	IBGE	2022
Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	Percentual de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, em relação ao total de pessoas ocupadas.	IBGE	2022

### Potencial de Mercado

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB).	Tendências	2022
Taxa de Crescimento	Média móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB real.	IBGE e Tendências	2022
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos) – em %	IBGE	2022

Comprometimento da Renda	Comprometimento de renda com dívidas bancárias em relação à massa de renda total domiciliar – em %	Banco Central, IBGE e Governo Federal	2022
Qualidade de Crédito para Pessoa Física	Percentual de modalidades não-emergenciais (consignado, habitacional, veículos e rural) para Pessoa Física em relação ao crédito total.	Banco Central	2022
Volume de Crédito	Saldo de crédito total (PJ e PF) em relação ao PIB total	Banco Central e IBGE	2022
Inadimplência	Participação de consumidores inadimplentes em relação à população acima de 18 anos de idade.	Serasa e IBGE	2022

## INOVAÇÃO

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2020
Patentes	Total de concessões de patentes ("Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição") em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2022
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CAPES e CONFAP	2022
Empreendimentos Inovadores	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2023
Pesquisa Científica	Média simples das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF).	Ranking Universitário Folha (RUF)	2019
Informação e Comunicação	Participação das atividades econômicas de Informação e Comunicação no valor adicionado bruto de Serviços.	IBGE	2020
Empresas de Alto Crescimento	Número de unidades locais de empresas de alto crescimento em relação ao total de unidades locais.	IBGE	2020